



## **A FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DE PROFESSORES: O CONTEXTO DA ESCOLA BOSQUE.**

**GT-16**

Larina Gabriela Lima dos Reis (autor); Arlete Camargo (Orientadora)  
Mestranda em Educação  
[larina.reis@gmail.com](mailto:larina.reis@gmail.com)

*Universidade Federal do Pará*

### **RESUMO**

A formação docente demonstra a necessidade de investimentos em políticas públicas de qualificação, que ocorre através de programas de formação, dentre eles, o PNAIC, voltado para séries iniciais da educação básica, criado pelo Ministério da Educação-MEC em 2013. Este estudo tem a intenção de analisar a formação continuada de professores da Escola Bosque participantes do PNAIC, o principal objetivo é destacar a responsabilização atribuída aos docentes. Esta pesquisa optou por exploração e análise de documentos oficiais publicados pelo MEC, além de materiais elaborados por universidades para a formação continuada dos professores e observação dos professores. Concluindo, há necessidade de se incorporar uma concepção de formação continuada condizente com as especificidades educacionais de cada região e contexto educacional.

**Palavras-chave:** Formação continuada. PNAIC. Responsabilização de professores. Precarização.

### **INTRODUÇÃO**

A formação de professores no Brasil é objeto de estudo há décadas, nos anos 90 a racionalização do neoliberalismo responsabilizou a educação pelo atraso econômico do país; a má qualidade desta como a causadora das mazelas nacionais. Inserido nesta perspectiva, o professor assume o papel de redentor da educação, sendo considerado o ator principal e responsabilizado pelo alcance de uma educação de qualidade e a prosperidade futura do país. Por conseguinte, a profissão docente e sua formação foram desqualificadas e foram oferecidas soluções para uma formação de qualidade para o progresso socioeconômico do Brasil. A classe empresarial assume a direção da educação, reconfigura a classe trabalhadora para atuar como parceira do capital; oferecendo aos educadores uma formação docente para reestabelecer a hegemonia burguesa, neoliberal, a partir de um modelo econômico que privilegia o setor financeiro e as políticas assistenciais.

A LDB nº 9.394/96 dentre seus princípios sobre a Educação, destaca a “valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime único para todas as instituições mantidas pela União”; criando assim, condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica é a razão de ser dos profissionais da educação. A formação docente enfrenta dificuldades quanto a qualidade e oferta de cursos de capacitação, além de péssimas condições de trabalho e de valorização profissional que vem se



instalando no âmbito educacional. As políticas neoliberais reduzem cada vez mais os investimentos públicos na educação; não há políticas para superar as terríveis condições de trabalho, salário e carreira profissional.

A profissionalização do magistério se deu pela escassez de professores na educação básica, na década de 90 a formação superior se expande, sendo o curso de pedagogia o maior, principalmente em instituições privadas, além de inúmeros cursos de Ead (Educação à distância) ocasionando desigualdades na formação dos docentes. O Pró-licenciatura (2005) e a UAB- Universidade Aberta do Brasil (2006) segundo Freitas (2007) institucionaliza os programas de formação de professores como política pública de formação; no qual a UAB tem como objetivo expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior públicos, com prioridade aos cursos de licenciatura. Além de outros programas de formação continuada, como: Parfor, Pró-letramento e Pnaic, Gestar I e II para português e matemática nos anos finais do ensino fundamental.

A educação básica tem sua avaliação realizada pelo SAEB e o principal instrumento regulador de avaliação da qualidade desta é o IDEB (2007), as formações tem como foco a melhoria da educação básica, regulando a formação que se detém a resultados. Nesse cenário, o Estado assume uma postura reguladora e as políticas educacionais seguem esta linha; os sistemas de avaliação para estudantes como o SAEB, ENEM, Prova Brasil fazem esse papel, as diretrizes e referenciais regulamentam as instituições formadoras que se restringem a habilidades, atitudes, modelos didáticos e capacidades dos professores.

## **METODOLOGIA**

O estudo possui caráter empírico, tendo por base pesquisas bibliográficas com autores da área, documentos oficiais e observações em campo; autores como: FREITAS (2007) e sua análise sobre a formação docente no Brasil e profissionalização do magistério. Além de Cunha (1995) e seu estudo sobre políticas educacionais brasileiras criadas durante o governo FHC em 1990. Por fim, Evangelista (2014) e sua abordagem sobre o slogan “seja um professor” do MEC, utilizado nas reformas educacionais de 1990. Além de pesquisa exploratória dos documentos oficiais do PNAIC elaborados pelo MEC, assim como os produzidos pelas universidades responsáveis pela formação dos orientadores de estudo do programa e observações em campo, especificamente com os professores participantes do PNAIC da instituição Escola Bosque.

## **DISCUSSÃO DOS DADOS**



As formações tendem a uma base comum que leva ao treino e uma falsa qualidade na formação, pois uma formação plena deve focar na participação ativa dos professores na definição de suas metas pautadas nas necessidades sociais da formação dos educandos. As políticas educacionais devem se preocupar com o todo, não somente com o docente, oferecer investimentos necessários para atrair estes profissionais. As formações devem estudar as novas competências necessárias para o educador, dessa forma tornar a profissão atrativa e tornar a escola mais autônoma, responsável por sua gestão pedagógica, organizacional e de pessoal.

Segundo Cunha (1995) as políticas educacionais brasileiras criadas durante o governo de caráter liberal do FHC, na década de 90, se baseiam nas pesquisas realizadas por Sérgio Costa Ribeiro, que afirmou que o acesso ao ensino fundamental estava superado, o problema da educação se dava na evasão e repetência; o pesquisador ligado ao Banco Mundial utiliza as diretrizes e recomendações deste para o gerenciamento da educação. O professor enfrenta a culpabilização pelo fracasso da educação devido a repetência escolar; o insucesso é atribuído devido a má formação docente, descaso e concepções do professor, desconsiderando os inúmeros fatores além do educador que prejudicam e influenciam o processo educacional. Neste momento surge o discurso sobre a formação de professores, avaliação em larga escala e responsabilização do professor como parâmetros e metas para o desenvolvimento da educação do país dentro dos modelos internacionais importados através do Banco Mundial. Dentro desta perspectiva, as políticas e programas de formação de professores cada vez mais responsabilizam o docente pelo sucesso ou insucesso da aprendizagem; este profissional se encontra engessado em formações, métodos e materiais padronizados e verticalizados que o responsabilizam pelos resultados da educação, desconsiderando os inúmeros aspectos intrínsecos ao processo educacional, como: infraestrutura, recursos, salários, qualidade das formações, carga horária de trabalho e políticas educacionais que coloquem o Estado assumindo sua responsabilidade para com a educação deste país e para garantia de direitos destes profissionais.

As políticas de currículo se relacionam com a função social da escola, a LDB formulou referenciais curriculares nacionais para consolidar a concepção de Educação Básica. Além da proposta de uma educação voltada para habilidades e competências dos alunos; currículo comum obrigatório e uma parte diversificada para cada região. Para controle das políticas de currículo se introduz as avaliações nacionais por meio do SAEB-1990 que afere o rendimento dos alunos a partir de uma matriz curricular nacional. O Inep promove estas avaliações, sendo o Ideb o maior regulador da aprendizagem dos alunos. As políticas de ciclo visam assegurar o direito do aluno a



aprender; entretanto os professores ficam alienados a decidir sobre currículo e a padronização excessiva leva ao fracasso escolar dos alunos.

A formação docente vem sendo o foco das políticas educacionais nas últimas décadas, Evangelista (2014) destacam que em 2013 o slogan “seja um professor” do MEC colocou o docente como a solução para os problemas do país; a chave para o desenvolvimento econômico deste era a participação do referido profissional no projeto burguês contemporâneo. Esses slogans foram trazidos para a educação pelas reformas educacionais de 1990, articuladas com as Organizações Multilaterais – OM que organizam e coordenam as políticas educacionais para o mundo. O Banco Mundial culpabiliza a formação inicial e continuada do professor pela má qualidade da educação, pois afirma que esta não foca na prática.

Inserida nessa perspectiva, a formação continuada para educação básica, especificamente para as séries iniciais do ensino fundamental, atualmente, tem como principal programa nacional o PNAIC; pesquisas e estudos estão sendo realizados na tentativa de conhecer, analisar e avaliar o pacto pela alfabetização na idade certa. O programa, caracterizado como um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios objetiva assegurar a plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática; o programa com foco na alfabetização que se apresenta como um dos principais objetivos da educação desde a década de 60.

Com um orçamento total de R\$ 3,3 bilhões à iniciativa, no material do programa as ações de formação continuada de professores baseiam-se na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. A metodologia da formação compreende atividades de estudo, planejamento e socialização da prática docente. A formação foi ministrada por orientadores de estudo, professores pertencentes ao quadro das redes de ensino e coordenadores locais devidamente selecionados com base nos critérios estabelecidos pelo MEC.

A implementação do PNAIC na Escola Bosque, que possui uma proposta pedagógica voltada para educação ambiental e pedagogia de projetos, levantou debates quanto a qualidade da formação oferecida, suscitados pelos docentes participantes do programa. A análise realizada com os dez docentes das turmas pertencentes ao ciclo de alfabetização revelou a resistência que as formações enfrentam quanto à natureza do programa e sua proposta metodológica fechada e engessada. Havendo ainda quanto ao aporte teórico apresentado ser distante das práticas pedagógicas, além do receio quanto ao respeito, interesses, necessidades e ritmo de trabalho escolar.



Segundo Freitas (1992) profissional da educação é “aquele que foi preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo mesmo o núcleo central de sua formação”. Nessa perspectiva, a formação deve oferecer possibilidades e subsídios para que se alcancem os objetivos da educação básica; tal formação terá como fundamentos a legislação que coloca “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço” e “o aproveitamento da formação e experiências anteriores”, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em “outras atividades”. Neste contexto, os programas de formação têm, parcialmente, garantindo esse direito aos professores. Desse modo, o referido programa baseia sua avaliação e qualidade a partir dos resultados das avaliações nacionais, imputando aos professores a culpabilização pelos resultados ruins destas.

## **CONCLUSÕES**

Com base nessas informações, pode-se inferir que a formação continuada baseada em metas nacionais, materiais padronizados e avaliações em larga escala desconsidera a autonomia e particularidades do ato educativo; a individualidade e especificidades regionais que tornam o espaço escolar único e original são desconsiderados, e os professores são submetidos a regras, padrões e responsabilizações que estão além do seu alcance e responsabilidade e que precarizam seu trabalho e profissão. Por conseguinte, a formação continuada deve ter foco na reflexão teórico-prática para promover uma formação consistente, aliada à disponibilização de materiais didáticos, fatores fundamentais para a concretização de um ensino de qualidade para todas as crianças.

Por fim, dentro de uma perspectiva condizente de formação continuada, esta deve ser (re) pensada de forma a elaborar estratégias de ensino-aprendizagem que possibilitem manter as singularidades, a subjetividade, autonomia e as necessidades dos educadores e alunos, criando uma cultura de formação onde os estados e municípios não fiquem engessados a ações governamentais, mas que estas atuem contribuindo e fornecendo parâmetros para os avanços nos processos de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização com a especificidade e singularidade de que necessitam. Comunidade escolar e Estado articulados devem pensar juntos nos caminhos a serem trilhados pelo processo educacional e rumos da educação.

### **a) Referências**

- BRASIL. Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **“Currículo na Alfabetização: concepções e princípios”** Unidade 1, Ano 1, 2012.
- CUNHA, L. A. **Educação Brasileira: projetos em disputa**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.



EVANGELISTA, Olinda (Org.). O que revelam os slogans na política educacional. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2014.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (Nova) Política de Formação de Professores: a prioridade postergada. Educ. Soc. Campinas, vol 28, n.100 - Especial, out 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/>

FREITAS, Luis Carlos. Em direção a uma política para a formação de professores. Em Aberto, Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba S. de S.; André, Marli E. D. de A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012. Acesso em junho de 2016.